

b) ...
 c) ...
 d) ...
 e) ...
 f) ...
 g) ...
 3 — ...
 4 — ...
 5 — ...
 a) ...
 b) ...
 6 — ...
 7 — ...
 a) ...
 b) ...
 8 — ...
 9 — ...

Deliberação

Na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, realizada no dia 28 de setembro de 2018, foi apreciado o ponto 7 da respetiva Ordem do Dia:

Ponto 7 — Apreciação e votação da 6.ª alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Albergaria-a-Velha — Relatório de Fundamentação Final;

Colocado a apreciação e votação, estando presentes vinte e seis Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor, dos dezasseis Membros Municipais do CDS-PP e dos dois Membros Municipais do PS, e oito abstenções dos Membros Municipais PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com o disposto na alínea *h*) do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a versão final da proposta da 6.ª alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Albergaria-a-Velha.

A presente deliberação foi também aprovada, por unanimidade, em minuta para efeitos da sua imediata executividade nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Paços do Município de Albergaria-a-Velha, 28 de setembro de 2018.
 O Presidente da Assembleia Municipal, *Mário Rui de Almeida Branco*, Dr.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

45900 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_45900_1.jpg
 45900 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_45900_2.jpg
 45902 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_45902_3.jpg
 45902 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_45902_4.jpg
 45902 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_45902_5.jpg
 611722825

MUNICÍPIO DA BATALHA

Aviso (extrato) n.º 15185/2018

2.ª Correção Material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, Presidente da Câmara Municipal da Batalha, em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 122.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, torna público que a Câmara Municipal da Batalha, na sua reunião ordinária e pública realizada a 29 de janeiro de 2018, deliberou, no que concerne à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, a 28 de agosto de 2015, através do Aviso n.º 9808/2015, retificar os lapsos gramaticais da redação do Aviso e do Regulamento do referido Plano.

26 de setembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal da Batalha, *Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos*.

Texto final da 2.ª correção material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha

Artigo 68.º

[...]

1 — [...]:

a) Áreas permeáveis ocupando um mínimo de 20 % da área do plano de pormenor ou da unidade de execução, preferencialmente, a serem tratadas como espaços verdes arborizados;

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [...];

g) [...].

2 — [...].

Artigo 94.º

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — [...].

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) Um lugar de veículo ligeiro por cada 100 m² acrescido de um lugar de veículo pesado por cada 2000 m² de área de construção ou por fração autónoma destinadas a indústria, armazém ou oficina em edifício próprio, tomando-se o valor mais elevado;

e) [...];

f) [...];

g) [...].

4 — [...].

5 — [...].

6 — [...].

7 — [...].

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...].

8 — [...].

611730511

MUNICÍPIO DE BOTICAS

Regulamento n.º 701/2018

Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas

Fernando Queiroga, Presidente da Câmara Municipal de Boticas, torna público que a Assembleia Municipal de Boticas, em sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2018, aprovou o “Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas”, oportunamente aprovado em reunião da Câmara Municipal de 19 de setembro de 2018, após terem sido cumpridas as formalidades do Código do Procedimento Administrativo.

Para os efeitos legais é feita a publicação do referido Regulamento.

2 de outubro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Fernando Queiroga*.

Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas

Enquadramento geral

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que aprova o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, obriga que as regras da prestação do serviço aos utilizadores constem